



Pedido de criação da CPI dos Museus tem apoio de senadores

Requerimento para criação da CPI já tem número suficiente de assinaturas e agora aguarda leitura em Plenário. Até lá, é permitido aos senadores retirar ou acrescentar apoios ao pedido

O Senado pode instalar este ano uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a situação dos museus brasileiros. Um requerimento foi apresentado na quarta-feira para criação da CPI, motivado pelo incêndio que destruiu o Museu Nacional, no Rio de Janeiro. O requerimento conta com 28 assinaturas, uma a mais do que o exigido pelo Regimento Interno. O pedido está na Secretaria-Geral da Mesa e aguarda leitura no Plenário.

Apesar dos apoios ao requerimento da CPI, o in-

cêndio provocou polêmica em Plenário durante a semana. A oposição atribuiu responsabilidade ao governo Michel Temer e lembrou a emenda que limita as despesas da União, comprometendo o orçamento destinado à manutenção dos museus.

Mas os senadores governistas disseram que o problema vem de governos anteriores e mostraram que, de 2016 a 2018, foram repassados mais de R\$ 3 bilhões por ano à Universidade Federal do Rio de Janeiro, responsável pelo museu. **3**



Tônio Régio/Agência Brasil

As causas do incêndio que consumiu grande parte do acervo do Museu Nacional ainda não foram elucidadas pela polícia



Comissão de Direitos Humanos discutiu efeitos da Lei Maria da Penha, que faz 12 anos, e políticas para torná-la mais efetiva

Debate reconhece avanços da Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha trouxe, nos últimos 12 anos, avanços no combate à violência contra a mulher no país, reconheceram especialistas reunidos quinta-feira na Comissão de

Direitos Humanos. Eles avaliaram, porém, que, para que os efeitos da legislação sejam mais efetivos, é preciso ainda implementar políticas públicas. Uma das sugestões, por

exemplo, foi pena com caráter pedagógico para os agressores. Também defenderam medidas de prevenção, como educação nas escolas sobre igualdade de gênero. **4**

Comissão Senado do Futuro aborda a democratização da comunicação

Jornalistas e pesquisadores foram convidados a participar da audiência pública que a Comissão Senado do Futuro promove hoje, às 18h. O objetivo é discutir formas de democratizar os meios de comunicação. A jornalista Tereza Cruvinel, que já presidiu a Empresa Brasil de Comunicação, está entre os convidados do debate. **2**

Senado se ilumina de amarelo por prevenção a suicídios

Hoje é o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio. Para chamar a atenção para a data, a Cúpula do Senado ficou iluminada de amarelo até ontem. A

iniciativa lembra a Campanha de Valorização à Vida, cujo intuito é colocar o assunto em discussão no país e, assim, prevenir casos de suicídio. **2**

Mais rigidez contra transporte escolar sem licença **4**

OAB pode ganhar direito de propor ação civil pública **3**

Texto regulamenta recusa de cheque em comércios **4**

Projeto define plantão para certidão de óbito **4**

Cegos visitam mostra sobre Abolição no Museu do Senado

Uma iniciativa de servidores e estagiários do Museu do Senado abriu as portas do local para pessoas com deficiência visual pela primeira vez. O grupo, que faz parte do Instituto Blind Brasil, em Taguatinga (DF), visitou a exposição *Os 130 Anos da Abolição da Escravatura e as Discussões no Senado* para aprender mais a res-

peito do assunto e avaliar a preparação dos guias e curadores na recepção de pessoas cegas ou com baixa visão.

Os bustos de personalidades históricas ficaram disponíveis ao toque dos visitantes, que dessa forma conseguiram ter mais clareza de como era o rosto e a vestimenta das figuras representadas. **2**



Gabriel Moraes/Núcleo de Internet — 4/9/2018

Visitantes tiveram clareza de como era o rosto das figuras representadas

Cegos visitam Museu do Senado pela primeira vez

Grupo de pessoas com deficiência visual esteve em exposição sobre os 130 anos da Abolição da Escravatura. Iniciativa de servidores incluiu descrição das obras em braile e guias preparados

OMUSEUDO Senado recebeu pela primeira vez um grupo de pessoas com deficiência visual para visita a uma exposição. O grupo, que faz parte do Instituto Blind Brasil, visitou na semana passada a exposição *Os 130 Anos da Abolição da Escravatura e as Discussões no Senado* para aprender mais sobre o assunto e avaliar a preparação dos guias e curadores na recepção de pessoas cegas ou com baixa visão.

A iniciativa é de servidores e estagiários do Serviço de Museu do Senado, que, com o apoio do Serviço de Impressão em Braile, fizeram a preparação do material para a exposição, fornecendo um livreto com descrições das obras em braile. Os bustos de personalidades históricas expostos ficaram disponíveis ao toque dos visitantes, que dessa forma conseguiram ter mais clareza de como era

o rosto e a vestimenta das figuras representadas.

Responsáveis pela visita, as servidoras Inês de Sampaio Pacheco e Heine Oliveira Lima Gomes, além do estagiário Mateus Ken de Menezes, ficaram encarregados de apresentar da forma mais descritiva possível a exposição.

Inês destaca que, na preparação para a exposição, houve a preocupação de apresentar tudo nos mínimos detalhes. Ela disse ter percebido que o mais importante é ser indicativo e, por meio da acessibilidade, dar o máximo de autonomia para a pessoa com deficiência visual.

— No primeiro dia, eu li tudo no painel para eles, mas percebi que ser indicativa é mais importante, pois dessa forma eles podem acompanhar a exposição pelo livreto e usar de sua autonomia. Agora, em relação às imagens, a descrição da aparência física,

vestimenta e coloração é fundamental para a compreensão dos visitantes — observa.

Experiência

Menezes, que é aluno de museologia na Universidade de Brasília (UnB), já vem se preparando há algum tempo com treinamentos, cursos e palestras para proporcionar acessibilidade a pessoas com deficiência em exposições e museus. Segundo ele, a partir do feedback recebido durante essas visitas de treinamento, o material será melhorado, sempre com o intuito de proporcionar uma experiência agradável ao visitante.

Entre os visitantes da exposição, estava Charles Jatobá Queiroz Santana, servidor público que trabalha na revisão de textos em braile na Secretaria de Educação do Distrito Federal e é representante do Instituto Blind Brasil. Aos 2 anos, ele perdeu parte da visão por causa de sarampo e aos 21 perdeu o restante em decorrência de um glaucoma.

Charles considerou a exposição riquíssima no conteúdo. — As estátuas disponíveis ao toque e a televisão com conteúdo explicativo foram excelentes na explicação do material exposto — avaliou o servidor.

A exposição fica aberta até 25 de setembro. O agendamento para visitas em grupo pode ser feita pelo link abaixo.

Agende sua visita
<http://bit.ly/visitaAbolicao>



Bustos de personalidades históricas estavam disponíveis ao toque

Democratização da comunicação é tema de debate

A democratização dos meios de comunicação será tema de debate no Senado. Jornalistas e pesquisadores foram convidados a participar da audiência pública da Comissão Senado do Futuro (CSF) hoje, às 18h.

Entre os convidados, está

a jornalista Tereza Cruvinel, que trabalhou no *Correio Braziliense*, em *O Globo* e no *Jornal do Brasil*, além de já ter presidido a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Também devem participar o jornalista Beto Almeida, presidente da TV Cidade Livre

de Brasília, e os professores da Universidade de Brasília (UnB) Venício Lima e José Salomão Amorim. Ambos têm pesquisas focadas nas áreas de jornalismo e comunicação.

A Comissão Senado do Futuro é presidida pelo senador Hélio José (Pros-DF).



Cor amarela simboliza o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio

Prevenção ao suicídio ilumina cúpula do Senado de amarelo

Hoje é o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio. Por conta disso, a cúpula do Senado ficou iluminada de amarelo até ontem em referência à Campanha de Valorização à Vida — Prevenção ao Suicídio. A solicitação foi feita pelo gabinete de Garibaldi Alves Filho (MDB-RN).

— A ideia é fomentar o diálogo sobre o suicídio para a sociedade. O intuito é prevenir casos de suicídio e preservar a vida. Temos dados que mostram a gravidade da situação e como o suicídio é uma questão de saúde pública — afirma o psiquiatra Jairo Alves da Silva Júnior, do Serviço Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho.

Desde julho de 2018, numa parceria do Centro de Valorização da Vida (CVV) e do Ministério da Saúde, o número 188 recebe ligações gratuitas de todos os estados do Brasil, 24 horas por dia, para apoiar pessoas em momentos de

crise e com ideias suicidas. O CVV oferece outros canais de comunicação (chat e e-mail) disponibilizados no endereço eletrônico www.cvv.org.br.

O Ministério da Saúde disponibiliza material sobre prevenção do suicídio para profissionais da saúde e para a população em seu site.

Além disso, o cidadão pode recorrer aos centros de atenção psicossocial (Caps) para apoio e tratamento especializado.

Já no Distrito Federal, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) tem equipe especializada em transtorno mental e pode atender casos de tentativas de suicídio pelo número 192.

O Projeto de Lei do Senado 163/2017, de Garibaldi, institui a Semana Nacional de Valorização da Vida, para estimular o trabalho multidisciplinar destinado ao combate das causas e à redução do número de suicídios.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEG

CSF Meios de comunicação

18h Audiência para discutir democratização dos meios de comunicação.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado**: 0800 612211

• **Acompanhe**: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• **Facebook**: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter**: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV**: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado poderá criar comissão para investigar a situação dos museus

Proposto por Cristovam Buarque, o requerimento para criação da CPI já tem número suficiente de assinaturas e aguarda leitura em Plenário

O SENADO PODE instalar ainda neste ano uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a situação dos museus brasileiros. O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) apresentou na quarta-feira um requerimento para a criação da CPI. No dia 2, um incêndio destruiu quase todo o acervo do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. A instituição é administrada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O requerimento conta com 28 assinaturas, uma a mais do que o exigido pelo Regimento Interno. O pedido está na Secretaria-Geral da Mesa e aguarda leitura no Plenário. Até lá, é possível retirar ou acrescentar assinaturas.

Para Cristovam, é preciso “apurar o que está acontecendo com a cultura brasileira”. Ele acredita que a má gestão é um dos fatores que podem explicar a destruição do museu.

— Uma universidade que tem R\$ 3 bilhões de orçamento poderia gastar R\$ 500 mil na fiação e na manutenção de um museu. É impossível que um mínimo de boa gestão não fosse capaz de conseguir R\$ 500 mil em um orçamento de R\$ 3,4 bilhões — disse.

O senador Jorge Viana (PT-AC) defendeu a instalação da CPI e atribuiu ao presidente Michel Temer a “irresponsabilidade com a cultura e a ciência” do país.

— O que houve não foi apenas mais um incêndio: foi um crime cometido por essa política da insensatez que



Incêndio consumiu quase todo o acervo do Museu Nacional, que contava com cerca de 20 milhões de itens

tomou conta do Brasil. Precisamos apurar não apenas para punir, mas para que erros como esses não se repitam. É inaceitável — argumentou.

O líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), defendeu a instalação da CPI. Mas argumentou que “a responsabilidade pela má conservação da memória nacional” é anterior à gestão do presidente Michel Temer. Segundo ele, o Ministério da Educação destinou R\$ 9,4 bilhões à UFRJ entre 2016 e 2018.

— Não é algo que aconteceu nesses últimos dois anos e meio. Muito pelo contrário: essa é uma falha que se verifica em muitas administrações federais no nosso país. É importante que a gente não deixe resvalar as avaliações para questões partidárias ou para questões de natureza mais imediata, que não contribuem

para identificar as reais causas e a solução que todos nós devemos buscar — avaliou.

Debate

A senadora Marta Suplicy (MDB-SP) lembrou outros incêndios que destruíram o patrimônio artístico, histórico e científico do Brasil: Teatro Cultura Artística, Instituto Butantan, Memorial da América Latina, Museu de Ciências Naturais, Centro Cultural Luceu de Artes e Ofícios, Museu da Língua Portuguesa, Cinemateca Brasileira e Museu de Arte Moderna.

— Não foram poucos os episódios, com prejuízos para a memória nacional.

Mas senadores da oposição reforçaram as críticas à gestão do presidente Temer. Para eles, a Emenda Constitucional 95, que limita as despesas da União, compromete o

orçamento destinado à manutenção dos museus.

Paulo Paim (PT-RS) citou levantamento da Câmara dos Deputados segundo o qual os repasses para o Museu Nacional caíram de R\$ 979 mil em 2013 para R\$ 643 mil em 2017, uma redução de 34% na verba destinada à capacitação de servidores, bolsas de estudo, reestruturação e expansão.

O líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), classificou o incêndio como “tragédia anunciada”. Ele afirmou que parlamentares favoráveis à Emenda 95 são responsáveis pelo sucateamento dos museus.

Mas, para Magno Malta (PR-ES), governos anteriores também não priorizaram a manutenção do museu.

— Esses esquerdopatas falam dos governos vigentes se como eles nunca tivessem sido governo — disse.

Proposta concede à OAB o direito de propor ação civil pública

Projeto de Lei do Senado (PLS 686/2015) dá legitimidade à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para propor ação civil pública. A proposta já está na pauta de deliberação no Plenário, após análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Mas ainda precisa ser votado requerimento de Davi Alcolumbre (DEM-AP), solicitando que o projeto seja apreciado também pela Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Uma ação civil pública busca proteger os interesses da coletividade em caso de danos ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem urbanística e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Nela podem figurar como réus não apenas a administração

pública, mas qualquer pessoa física ou jurídica que cause danos a coletividade.

Lei atual

Conforme a Lei de Ação Civil Pública, são legitimados ativos para impetrar uma ação civil pública o Ministério Público, a União, os estados, os municípios, as autarquias, as empresas públicas, as fundações e as sociedades de economia mista. Também podem impetrar as associações que tenham sido constituídas há pelo menos um ano e que tenham entre seus objetivos institucionais a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, ao patrimônio histórico, ao patrimônio turístico, ao patrimônio artístico, ao patrimônio paisagístico e ao patrimônio estético.

De Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), o projeto estende a legitimidade para propor ação civil pública ao Conselho Federal e aos Conselhos Seccionais da OAB. Para o autor, a OAB tem papel relevante na “conquista e consolidação do Estado democrático de direito”. Além disso, ele argumenta que o Conselho Federal da OAB foi autorizado pela Constituição a propor ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidades perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

— Por uma questão de coerência e tendo em vista a importância das ações coletivas para fiscalização da ordem jurídica e tutela dos direitos coletivos, é que se propõe a inclusão da OAB no rol de legitimados para a propositura da ação civil

pública — afirmou.

Para o relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), o projeto é louvável. Mas nem todos os senadores concordaram com o mérito do projeto durante o debate na CCJ. Para Ronaldo Caiado (DEM-GO), a prerrogativa de propor ação civil pública deve ser de órgãos típicos de Estado, o que não é o caso do Conselho Federal da OAB. Ele avalia que o uso político do instrumento pode ser um precedente:

— Daqui a pouco o Conselho Federal de Medicina e de Odontologia também vão poder entrar com ação civil pública. A OAB é uma instituição como outra qualquer e que, muitas vezes, tem vinculação política. Esse assunto não foi debatido aqui em audiência pública — argumentou Caiado.

Givago quer rapidez nos registros de agrotóxicos no país

Givago Tenório (PP-AL) defendeu a reformulação dos processos de registro de agrotóxicos no Brasil.



Pedro Franco/Agência Senado

Ele acredita que “a ineficiência e a morosidade” dos órgãos que aprovam dos registros oferecem riscos para a economia. Segundo o senador, o objetivo é garantir segurança para os seres humanos e o meio ambiente, mas também assegurar a eficácia dos produtos registrados no Brasil.

— O setor [de defensivos agrícolas] tem se mobilizado para simplificar e acelerar os processos de registro de agrotóxicos, pois não se justifica espaço tão dilatado de tempo para registro de um produto.

Paim diz que vai lutar contra MP sobre saneamento

Paulo Paim (PT-RS) prometeu na quinta-feira lutar contra a aprovação da Medida Provisória 844/2018, chamada por ele de “MP da Sede”. De acordo com o senador, a proposta, que reformula o marco legal do saneamento no país, vai permitir a privatização da água no Brasil, visto que trata o tema sob o ponto de vista unicamente mercadológico.

— É um setor estratégico, assim como a energia elétrica, e não pode ser privatizado. Como será a situação de uma nação onde uns poderão tomar água e outros não? Quem tem dinheiro bebe água e quem não tem não bebe? — indagou.

Reditario pede que presos tenham menos regalias

Reditario Casol (PP-RO) ocupou a tribuna na quinta-feira para rememorar um projeto que ele apresentou há sete anos, sugerindo a criação de postos de trabalho dentro dos presídios e a revogação de vários benefícios aos criminosos.



Pedro Franco/Agência Senado

De acordo com o senador, uma das ideias do PLS 542/2011 é que cada dia trabalhado signifique um dia a menos do total da pena.

— A situação é vergonhosa, a lei favorece os malandros. Precisamos alterar o Código Penal e criar respeito com os trabalhadores e as pessoas honestas do nosso país.



Comissão de Direitos Humanos reuniu especialistas para discutir os 12 anos de vigência da Lei Maria da Penha

Debate: Lei Maria da Penha é avanço, mas falta efetividade

Especialistas disseram em audiência que a legislação tem ajudado a combater a violência contra a mulher. Pediram, porém, mais políticas públicas para que a lei, que faz 12 anos, seja mais efetiva

A LEI MARIA da Penha trouxe avanços em relação ao combate à violência contra mulheres. No entanto, ainda faltam políticas públicas para que o dispositivo seja implementado de forma efetiva. Essa foi a avaliação dos convidados da audiência pública realizada quinta-feira na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Requerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), a reunião teve como objetivo debater os 12 anos de vigência da lei.

— Sem dúvida, a Lei Maria da Penha é de extrema importância. Se com a lei acontecem essas agressões, imagina se ela não existisse — disse Paim.

A defensora pública federal Patrícia Przybylski disse não ter dúvidas em relação aos ganhos trazidos pela lei. Mas destacou que ainda há aspectos fundamentais que precisam ser trabalhados.

— Os agressores precisam de uma Justiça restaurativa, com uma pena com caráter

pedagógico — disse.

A secretária de Políticas para as Mulheres do Ministério dos Direitos Humanos, Andreza Colatto, lembrou da importância do Ligue 180, o disque-denúncia para mulher em situação de violência. O canal de atendimento, disse, está sendo incorporado a uma rede de apoio às mulheres que denunciam seus agressores.

Educação

Para a subprocuradora-geral da República Luiza Cristina Frischeisen, as políticas públicas são voltadas para agressões que já aconteceram, mas é necessário que também sejam voltadas para a prevenção.

— É preciso haver educação nas escolas com o viés de igualdade de gênero. Até a criança de 6 ou 7 anos perceber que o abuso sexual não é normal, demora muito. As mulheres também precisam compreender que a violência sexual não é uma normalidade

no casamento — explicou.

Luiza ainda falou da importância de haver a formação de núcleos de atendimento com pessoas especializadas no tema, desde delegados e juizes a equipes de apoio psicológico para as vítimas.

Estatística

Segundo a representante do IBGE, Luciene Aparecida Longo, existem muitas dificuldades para obter dados sobre violência contra a mulher.

— Muitas vezes o crime não é considerado feminicídio por não ter acontecido dentro do domicílio na vítima. Nos estudos sobre violência, a gente não consegue captar especificamente a violência doméstica, pois o entrevistado omite o tipo da agressão — relatou.

De acordo com estudos do IBGE apontados por Luciene, apenas 7,9% dos municípios têm delegacias especializadas para atender mulheres.

Projeto regula pagamento com cheque no comércio

O comerciante que se propuser a aceitar cheque como forma de pagamento somente poderá recusá-lo em duas situações: se o nome do emitente estiver em algum cadastro de serviço de proteção ao crédito ou se o consumidor não for o dono do cheque e titular da conta corrente. O tempo de abertura de conta no banco não pode ser motivo de recusa pelo estabelecimento comercial.

As regras estão no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 124/2017, que pretende normatizar os pagamentos com cheque no comércio. O texto está pronto para ser analisado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Apresentado pelo deputado

Vinicius Carvalho (PRB-SP), o projeto impõe ao comerciante a obrigação de receber cheques, se não houver no estabelecimento a informação visível indicando que tal modalidade de pagamento não é aceita no local. Porém, o texto não torna o recebimento uma obrigação.

“Ainda que o projeto torne a aceitação de cheques regra tácita, vale destacar que não obriga os estabelecimentos comerciais a aceitarem o pagamento com cheque, uma vez que apenas exige que a recusa em aceitar tal forma de pagamento seja informada de forma clara e ostensiva”, esclarece o relator da proposta na CAE, senador Pedro Chaves (PRB-MS).

O projeto busca impedir que o consumidor seja discriminado — restringindo a possibilidade de recusa ao cliente — e também protege os estabelecimentos comerciais de tentativas de fraudes e de recebimento de cheques sem fundos.

Quem descumprir as normas ficará sujeito a sanções administrativas já previstas no artigo 56 e seguintes do Código de Defesa do Consumidor, que vão de multas a interdição do estabelecimento.

Após passar pela CAE, a proposta seguirá para a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), onde terá decisão terminativa.

Texto aumenta penalidade para condutor não autorizado de escolar

Dirigir veículo de condução escolar sem autorização para esse tipo de transporte poderá ser classificado como infração gravíssima. O aumento da penalidade está previsto em projeto que aguarda a designação de relator na Comissão de Constituição e Cidadania (CCJ). O PLC 109/2017 também torna mais rígida a punição para quem fizer transporte remunerado de pessoas ou bens sem possuir licença para tal.

A proposta, que altera o Código de Trânsito Brasileiro, converte de infração grave para gravíssima o transporte escolar não autorizado. Já o chamado transporte pirata passará de média para também gravíssima. As multas dessa natureza implicam perda de sete pontos na carteira de habilitação. As duas infrações também estarão sujeitas a medida administrativa de remoção do veículo.

Pelo autor do projeto, deputado Daniel Coelho (PPS-PE), as punições vigentes para tais

práticas não abrangem “a devida proporção com a gravidade das condutas”.

Substitutivo

O texto em análise no Senado é o substitutivo aprovado na Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara. A proposta original permitia que as conduções escolares dispusessem de livre parada e estacionamento em vias públicas. A permissão, contudo, foi retirada pelo relator na CVT, deputado João Paulo Papa (PSDB-SP). Ele defende que a medida aumentaria o risco das operações de embarque e desembarque dos estudantes, que poderiam ser feitas em locais não apropriados.

“Além do evidente prejuízo à fluidez do tráfego, a própria integridade dos alunos estaria ameaçada”, observa o deputado no relatório.

Além da CCJ, o projeto também deverá ser votado no Plenário do Senado. Caso aprovado sem alterações, seguirá para sanção.

Plantão para emissão de certidões de óbito poderá ser de 24 horas

O plantão para emissão de certidões de óbito poderá ser de 24 horas em todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, podendo ser realizado em regime de sobreaviso. É o que prevê o Projeto de Lei do Senado (PLS) 322/2018, de Lasier Martins (PSD-RS).

A proposta altera a Lei dos Cartórios (Lei 8.935, de 1994). Atualmente os serviços notariais e de registro devem ser prestados em dias e horários estabelecidos pelo juízo competente. O atendimento ao

público deve ser, no mínimo, de seis horas diárias.

A legislação específica ainda que o serviço de registro civil das pessoas naturais deve ser prestado aos sábados, domingos e feriados pelo sistema de plantão. Porém, segundo Lasier, o plantão ocorre apenas durante algumas horas do dia, gerando transtornos às famílias que desejam conseguir a certidão de óbito com urgência.

A proposta aguarda relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Parque de São Joaquim deverá ter demarcação e nome alterados

O Parque Nacional de São Joaquim, em Santa Catarina, poderá ter seus limites redefinidos e o nome alterado para Parque Nacional da Serra Catarinense. É o que determina o Projeto de Lei do Senado (PLS) 208/2018, em tramitação na Comissão de Meio Ambiente (CMA). A iniciativa é de Dalirio Beber (PSDB-SC).

Com a proposta, o Parque da Serra Furada e o Ecomuseu Serra do Rio do Rastro serão excluídos dos limites do Parque Nacional de São Joaquim. Além disso, a nova demarcação vai liberar o uso da via que corta o parque, ligando os municípios de Urubici e Bom Jardim da Serra, possibilitan-

do a criação de uma rodovia cênica.

De acordo com o autor do projeto, o traçado do Parque Nacional de São Joaquim foi erroneamente incluído na Lei 13.273, de 2016, em pontos específicos. O senador ressaltou que os limites especificados na legislação não condizem com o desejo dos cidadãos residentes na região.

“O que se pretende com este projeto é apenas pacificar os interesses de milhares de famílias que vivem há muitos anos sobre aquela terra e tiram o sustento de seus familiares sobre aquele pedaço de chão”, justifica o senador no texto do projeto.